

“DESAFIOS ATUAIS DA EDUCAÇÃO À LUZ DA SOCIOLOGIA”

Raquel Brum Fernandes¹

Maria Luiza Canedo²

A proposta deste dossiê surgiu do nosso interesse, enquanto organizadoras, de articular discussões atuais e relevantes no campo da Sociologia da Educação, área na qual temos desenvolvido diversas atividades ao longo de nossas trajetórias acadêmicas. Articulando nossas experiências nas temáticas da violência escolar (FERNANDES, 2010), da identidade e comportamento docente (FERNANDES, 2020), da gestão escolar (CANEDO, 2018a) e das relações escola-família (CANEDO, 2018b), buscamos reunir artigos que abordassem tanto os processos sociais envolvidos no “ensinar” e no “aprender” quanto os aspectos organizacionais da educação, além das múltiplas relações sociais que constituem seu universo.

Os estudos sociológicos da educação têm origem no final do século XIX, especialmente a partir dos escritos de Émile Durkheim em obras como “Educação e Sociologia” (1975) e “A Educação Moral” (2008). O autor destacou a importância da socialização padronizada das gerações mais jovens pelas mais adultas, o que produziria indivíduos bem adaptados às normas sociais. Dessa forma, a educação estaria na base da construção da moral coletiva que sustenta a sociedade. Seria, ao mesmo tempo, produzida de acordo com o momento histórico e suas necessidades, o que inviabilizaria a noção de uma educação universal ou atemporal.

No Brasil, o campo obteve destaque com o processo de organização e, mais tarde, ampliação do sistema escolar, embora, segundo Marcio Costa e Graziela Silva (2003), seu início tenha ocorrido na primeira metade do século XIX, a partir de trabalhos como o de Fernando de Azevedo. Os autores afirmam que, até em torno da década de 1960, as pesquisas em Sociologia da Educação concentravam-se em perspectivas e discussões acadêmicas sobre o tema, não respondendo aos anseios da prática escolar existente no país. Faltavam pesquisas que analisassem o sistema educacional em construção e que contribuíssem para seu planejamento e qualificação. Com o advento da ditadura militar, os trabalhos sociológicos sobre temas educacionais teriam adquirido um caráter de denúncia, característica acentuada pela divulgação, na mesma época, das “teorias reprodutivistas”, principalmente a partir dos estudos de Pierre Bourdieu sobre o sistema escolar francês (COSTA; SILVA, 2003).

Apesar de uma resistência inicial devido à compreensão de sua obra como incapaz de responder às demandas práticas do meio educacional, o trabalho de Bourdieu foi intensamente incorporado na Sociologia da Educação brasileira, instaurando um grande debate sobre as desigualdades sociais associadas ao processo educativo (OLIVEIRA; SILVA, 2021). A percepção da escola como instrumento de manutenção da estrutura capitalista, através da reprodução das hierarquias sociais a cada nova geração, transformou a abordagem da instituição, em um período em que o sistema educacional se expandia nas diferentes regiões do país. Compreender esse crescente contexto e suas práticas tornou-se fundamental para o planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas na área da educação, além de evidenciar a importância da escola em relação ao modelo socioeconômico vigente.

¹ Doutora em Ciências Sociais, UFF Campos dos Goytacazes.

² Doutora em Educação, PUC-Rio.

Ao longo das últimas décadas do século XX, o impacto das “teorias reprodutivistas” foi mitigado pela busca por propostas menos rígidas na compreensão do universo escolar e mais adaptadas às características sociais locais (NOGUEIRA, 1990). Posturas interpretativas, valorizando experiências concretas e suas relações com a cultura e a política, por exemplo, multiplicaram-se nas pesquisas realizadas dentro da Sociologia da Educação, a qual se consolidou como campo de estudos nos núcleos acadêmicos tanto de Sociologia e Ciências Sociais quanto de Educação (NOGUEIRA, 1990; OLIVEIRA; SILVA, 2016; 2021).

Atualmente, o campo é composto por diversas vertentes que buscam aprofundar a compreensão sobre o universo educativo, contemplando temáticas variadas, tanto no âmbito da educação básica formal, quanto no das diferentes modalidades e segmentos de ensino. A consolidação da área pode ser observada na longevidade de seus grupos de trabalho em encontros como os da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), com o GT “Educação e Sociedade” e, mais recentemente, “Ciências Sociais e Educação”, e da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), com o GT “Sociologia da Educação”.

Em relação à sociologia da educação escolar ou do ensino básico, recorte no qual se encontram os artigos que compõem este dossiê, destacam-se as análises sobre os inúmeros desafios que se impõem a um contexto educacional permeado pela magnitude e ao mesmo tempo ineficácia da educação pública e pelas inúmeras e diversas instituições de ensino privado. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado a partir de dados sobre a aprovação escolar e as médias de desempenho em avaliações, a educação básica brasileira só alcançou as metas estipuladas para o ano de 2019 no que se refere aos anos iniciais do ensino fundamental. Os anos finais desse segmento e o ensino médio ficaram consideravelmente abaixo do objetivo³, revelando a dificuldade do sistema de ensino em cumprir as premissas de desenvolvimento estabelecidas anteriormente.

Esses números e diversos outros índices alarmantes referentes à oferta e eficácia da educação formal no país, além dos alertas provenientes das múltiplas pesquisas de cunho qualitativo e local, revelam a importância dos estudos sociológicos sobre a educação para além do propósito meramente científico. Nesse contexto, compreender o que é a escola, seu funcionamento e as mazelas encontradas pela maior parte de suas comunidades torna-se um recurso fundamental tanto para aqueles que elaboram projetos e políticas públicas educacionais, quanto para os que se dedicam a torná-las realidade, atuando na gestão de redes de ensino e, principalmente, na prática cotidiana das unidades escolares.

Com uma configuração recente, o sistema educacional brasileiro enfrenta inúmeros desafios referentes à infraestrutura, ao funcionamento das instituições e às experiências das comunidades escolares, o que questiona a capacidade de um sistema tão extenso responder de forma eficaz às múltiplas demandas existentes, compostas por procedimentos específicos e variáveis. Na rede pública de educação básica, onde se encontra a grande maioria dos estudantes do país, as características e interesses das novas gerações, as especificidades culturais e a oscilação na execução de políticas públicas e no repasse de verbas pelo governo são alguns dos fatores que constantemente tensionam o funcionamento da escola em seus formatos, normas e objetivos tradicionais. Acrescenta-se a este cenário a desvalorização e o desgaste dos professores, a falta de recursos e estrutura nas unidades de ensino, os episódios de violência escolar e as diversas dificuldades socioeconômicas que atingem a sociedade brasileira, dificultando e até impedindo o acesso e, principalmente, a permanência das crianças e jovens na escola.

É a esse contexto que muitos dos estudos na área da Sociologia da Educação pretendem responder, incluídos os trabalhos que apresentamos aqui. A partir de recortes específicos e interpretativos, os artigos que compõem este dossiê buscam cooperar na construção de um olhar adequado sobre a realidade educacional do país. Sem perder o diálogo com teorias consolidadas no campo, as pesquisas trazem análises de experiências concretas que se desenvolvem no emaranhado de conflitos (e também de algumas práticas de sucesso) do nosso sistema escolar. Refletem sobre processos de socialização que ocorrem no meio educacional, abordando não apenas as relações entre professores e alunos, mas também entre os demais e diversos indivíduos que compõem as comunidades escolares. Questionam as práticas de recepção e acompanhamento dos estudantes em suas diversidades e os instrumentos de avaliação do desempenho, ressaltando

os diversos fatores (não necessariamente educacionais) que influenciam os resultados obtidos. Revelam, enfim, o lugar da educação na sociedade, compreendendo seu relacionamento com outras instituições sociais como a família, a economia e a igreja. Dessa forma, os seis artigos que compõem este dossiê têm como foco o cenário da educação escolar e trazem reflexões sobre as desigualdades e os conflitos educacionais observados e vivenciados em diferentes regiões do Brasil.

No primeiro artigo, intitulado “*Referenciais de avaliação institucional em Portugal e no Brasil: uma abordagem no contexto da globalização e das políticas de accountability*”, Ila Beatriz Maia chama a atenção para a cultura de prestação de contas e responsabilização que vem caracterizando o campo educacional global. Dentro de um cenário no qual prevalece o Estado regulador e avaliador que busca atender às expectativas de organismos internacionais, a autora analisa a legitimação dos mecanismos de prestação de contas que transferem para o professor a responsabilidade do Estado pelos resultados escolares. Mobilizando diferentes autores, Maia traz à tona diferentes aspectos para desenvolver a análise dos referenciais de avaliação institucional nos dois países em que se circunscreve sua pesquisa. Partindo da trajetória que origina a política de avaliação em cada um dos países, aborda as práticas de avaliação institucional em Portugal e no Brasil destacando as similaridades e as diferenças identificadas. A análise relacional desenvolvida pela autora amplia a compreensão das bases em que são realizadas avaliações institucionais em ambos os países.

No artigo seguinte, “*Desigualdades educacionais e digitais: uma análise da política de regime de estudo não presencial*”, Carla Lima discute uma política emergencial, adotada pelo estado de Minas Gerais, Brasil, para enfrentar as desigualdades digitais dos alunos que, embora já conhecidas, ampliam-se frente à suspensão das aulas presenciais imposta pela pandemia do COVID-19, instaurada em meados de março de 2020. A autora toma como ponto de partida o mapeamento das desigualdades educacionais e digitais no estado observando as variáveis sobre acesso à internet e posse de equipamentos, estratificadas a partir das classes sociais e revelando associações com gênero e raça/cor dos estudantes, além do nível de escolaridade dos pais. Com base nos dados coletados, Lima analisa a política denominada Regime de Estudos Não Presencial (REANP) por meio de Planos de Estudos Tutorados (PETs) adotada pela rede estadual mineira, mostrando como a adoção dessa política, ao não contemplar o financiamento do suporte aos recursos tecnológicos, agrava a exclusão intraescolar especialmente para os estudantes das classes D e E e aprofunda a falta de equidade nas escolas estaduais de Minas Gerais.

O terceiro artigo apresentado “*O perfil dos docentes do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II: um levantamento preliminar*” é resultado do trabalho coletivo desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Ciências Sociais e Memória do Colégio Pedro II visando oferecer uma contribuição para a memória do ensino de Sociologia na rede federal de ensino. O artigo parte de um levantamento preliminar do perfil dos docentes do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II enquanto contributo para pesquisadores interessados na investigação do ensino da sociologia em uma instituição reconhecida pelo pioneirismo na criação da Cátedra de Sociologia. Os autores reconstróem a trajetória do Departamento de Sociologia na instituição, identificando aspectos pouco conhecidos como a publicação do livro didático *Sociologia em Movimento*, que conta entre seus autores com 10 professores do Colégio Pedro II. As imbricações entre a história da sociologia na educação básica brasileira e a história no Colégio Pedro II vão se revelando no decorrer da leitura do artigo, permitindo estabelecer relações com os diferentes momentos sociopolíticos brasileiros. Em seguida, o artigo detalha a formação de cada membro da equipe atual, em cada um dos *campi* do Colégio, revelando um corpo docente altamente qualificado e diversificado. Na conclusão do trabalho, os autores reafirmam a disposição de prosseguimento da pesquisa, visando um retrato cada vez mais fiel.

O artigo seguinte, denominado “*Religião e Escola: os burocratas de linha de frente diante de situações de conflito*”, aborda um tema que vem sendo cada vez mais focalizado no âmbito da Sociologia da Educação. Nesse quarto artigo, que trata da convivência inter-religiosa na escola, o aspecto discutido é a discricionariedade dos gestores escolares no enfrentamento de conflitos de cunho religioso. A autora Maria Elizabete Ramos, a partir dos resultados de entrevistas realizadas em escolas do Rio de Janeiro, dialoga com a literatura sobre implementação de políticas públicas, à luz de uma escola pública laica, da oferta facultativa de ensino e da realização de

festividades de origem religiosa. Dados sobre a tendência progressiva de diversificação religiosa, associados à crescente intolerância, formam a moldura na qual o artigo se insere. Ramos relata situações deflagradas pela leitura de livros infantis que, mesmo não estando direcionados para a temática religiosa, mencionam em algum trecho personagens como um “pai de santo”, despertando a rejeição de algumas famílias. Da mesma forma, elementos da cultura afro-brasileira e indígena esbarram em resistências. Festividades Juninas e de Cosme e Damião são também ocasião de conflito. A diversidade de situações trazidas pela autora deixa claro que o aspecto religioso no espaço público escolar ultrapassa o debate sobre o ensino religioso como disciplina curricular – que já traz em si uma ambiguidade. Finalizada a leitura, o artigo deixa questões que demandam aprofundamento das reflexões em torno do tema, abrindo espaço para novas pesquisas.

É assim que a questão religiosa está também presente no quinto artigo “*Ver*”, “*ouvir*” e “*escrever*” sentidos: *o Programa da Residência Pedagógica no ensino de Sociologia da UFF/Campos*”. Neste trabalho, Andréa Paiva descreve e analisa aspectos da recém-implantada Residência Pedagógica em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, descrevendo a organização e a prática em duas escolas, visando destacar momentos de interações e conflitos diante de um quadro político e seus desdobramentos na questão religiosa. Paiva inicia o artigo com a contextualização do surgimento do Programa em 2018 e sua distinção do Programa de Iniciação à docência – PIBID - que já estava em curso. Em seguida a autora aponta incertezas que desafiam a própria identidade do novo Programa, passando a problematizar as relações entre os universitários residentes e os alunos das duas escolas nas quais o Programa se realiza, notadamente quanto ao sentido do estudo de Sociologia e as expectativas de futuro. Pontos de afinidade e desafios marcaram as relações entre os grupos. O momento das eleições presidenciais trouxe novos desafios que se expressaram em dúvidas e receio de julgamento, rejeição e estigmas. Assim como nos artigos anteriores, o trabalho não finaliza, mas, ao contrário, remete a novas pesquisas visando a comparação entre o Programa da Residência Pedagógica e o Estágio Supervisionado da licenciatura, além do aprofundamento dos estudos sobre a religiosidade na escola.

Finalmente, no artigo que fecha o conjunto, “*O capacitismo e a expectativa docente em relação a alunos com deficiência*”, Flávia Pedrosa de Camargo analisa as políticas voltadas para pessoas com deficiência, tendo como hipótese que as expectativas docentes, influenciadas por suas percepções em relação aos estudantes, têm potencial impacto na proficiência dos alunos. A autora utiliza o conceito de “capacitismo”, baseado nos mesmos pressupostos que conceituam o racismo e o sexismo, incorporados de forma subliminar à cultura que identifica determinado grupo como menos capaz. A pesquisa foi realizada no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, cuja rede municipal contava em 2018 com 444 alunos com deficiência. Em sequência a um *survey* direcionado a todos os professores e gestores da rede, foram realizadas observações e entrevistas em algumas escolas, evidenciando que a não aprendizagem dos alunos era justificada por sua condição com deficiência, desresponsabilizando o processo de ensino. A autora identifica que a crença na incapacidade do aluno reflete-se na redução de conteúdos *a priori*, deixando pouco espaço para a necessária ampliação de discussões que venham a desconstruir concepções limitantes a respeito das pessoas com deficiência.

Observando o conjunto de trabalhos apresentados, fica claro o universo de temáticas que desafiam o campo da Sociologia da Educação, instigando a realização de novas pesquisas. A contribuição da sociologia enquanto fundamento para a compreensão da educação foi o eixo para a realização desse dossiê, que socializamos aqui no propósito de colaborar para a produção do conhecimento enquanto condição indispensável para o avanço do direito à educação para todos.

Esperamos ainda que estes trabalhos cheguem aos professores e gestores que atuam diretamente nas escolas de educação básica e possam contribuir para a reflexão sobre suas práticas.

Desejamos que a leitura dos artigos seja produtiva para todos e todas que atuam no sentido da transformação da educação e da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Marcio; SILVA, Graziela. Amor e desprezo: o velho caso entre sociologia e educação no âmbito do GT-14. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 101-120, 2003.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- _____. *Educação Moral*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2019. Brasília: MEC, 2019.
- Disponível em: <Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) — Inep (www.gov.br)>. Acesso em: 29 maio 2021.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação do final dos anos 60/ início dos anos 70: O nascimento do paradigma da reprodução. *Em Aberto*, Brasília, ano 9, n. 46, p. 49-58, 1990.
- OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila. A sociologia, os sociólogos e a educação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 91, p. 1-15, 2016.
- _____. A Recepção de Pierre Bourdieu na Sociologia da Educação Brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 51, p. 1-17, 2021.

NOTA EXPLICATIVA

³ O Ideb 2019 contou com as seguintes metas e resultados, respectivamente: Anos iniciais do ensino fundamental 5,7/5,9; Anos finais do ensino fundamental 5,2/4,9; Ensino médio 5,0/4,2. Dados disponíveis em: <Censo da Educação Básica 2019_Resumo Técnico Ideb 2019.indd (inep.gov.br)>. Acesso em: 27 maio 2021.